

Delfim adia viagem; Galvêas encontra bancos credores amanhã

por Vera Brandimarte
de Brasília

O ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, adiou para a próxima segunda-feira sua viagem aos Estados Unidos para tratar da renegociação da dívida externa brasileira. Estava previsto que ele viajaria, ontem, para Nova York, junto com o presi-

dente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, para, na quarta-feira, também com a participação do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas (que viajou domingo), iniciar as negociações com os banqueiros credores do Brasil.

Mas, segundo fontes da Seplan, o ministro decidiu participar da negociação apenas quando as discus-

sões já-se encontrarem em estágio mais avançado.

Hoje, Galvêas e Pastore vão se encontrar com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, para onde o ministro da Fazenda viajou ontem mesmo, depois de ter feito uma conferência em Filadélfia (ver matéria nesta página). Amanhã, os dois vão apresentar ao comitê de assessoramento da dívida brasileira, que representa os banqueiros credores, os novos parâmetros para a renegociação, que abarcam desde a dispensa de "dinheiro novo" no próximo ano até uma nova proposta para o pagamento da dívida que vence nos próximos quatro anos.

Chega hoje ao Brasil, a chefe-adjunta da Divisão do Atlântico Sul do FMI, Ana Maria Jul, para tomar conhecimento do resultado da política monetária e fiscal do Brasil no terceiro trimestre de 1984. O Brasil cumpriu integralmente os tetos fixados para o crédito interno líquido, para o défi-

cit nominal e o déficit operacional do setor público e para o crescimento da dívida externa e das reservas cambiais, garantiu uma fonte da Seplan.

Apenas em dezembro o Fundo deverá liberar a terceira parcela de financiamento ao Brasil, no valor aproximado de US\$ 400 milhões. Desse desembolso do fundo depende também a liberação da terceira "tranche" de cerca de US\$ 870 milhões, do empréstimo-"jumbo" concedido ao Brasil pelos banqueiros internacionais.

Nesta missão ao Brasil, Jul começará a discutir com os técnicos brasileiros as metas da política monetária do próximo ano e, particularmente, do primeiro trimestre de 1985. Independente dos resultados da renegociação do pagamento da dívida brasileira, e mesmo que não seja necessário, no próximo ano, tomar mais dinheiro novo emprestado, a economia brasileira deverá continuar-se submetendo às metas de desempenho fixadas pelo FMI, já que os banqueiros credores deverão condicionar os financiamentos das exportações e importações brasileiras ao aval concedido pelo Fundo ao desempenho do programa de ajustamento econômico do Brasil, estimou a mesma fonte.

Nessa linha de raciocínio, dificilmente o próximo governo poderá fugir aos entendimentos acertados com o Fundo pela atual equipe econômica do governo. Mas o candidato Tancredo Neves advertiu, ontem, que desconhece os termos da renegociação da dívida brasileira e só depois de tomar conhecimento deles é que terá condições de opinar se cumprirá ou não os compromissos assumidos pelo atual governo.